

FH lança ofensiva para salvar direitos humanos

Presidente reabilita o projeto que transfere para a Justiça comum os crimes praticados por PMs derrubado pelo Senado

• BRASÍLIA, SÃO PAULO, RIO, ROMA E WASHINGTON. Ao lançar ontem, no Palácio do Planalto, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou a responsabilidade dos poderes Judiciário e Legislativo para pôr fim aos massacres no país e lançou a primeira ofensiva: reabilitou o projeto original do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), que transfere para a Justiça comum crimes praticados por policiais militares. O projeto fora derrubado no Senado com a ajuda do líder Elcio Álvares (PFL-ES) e da base governista. Entre as 168 medidas do PNDH, o presidente enviou emenda à Constituição que dá competência à Justiça federal para julgar os crimes contra os direitos.

O presidente também entregou a primeira indenização à família de um desaparecido político: Ermelinda Mazzaferro Bronca, 90 anos, mãe de José Huberto Bronca, ex-guerrilheiro morto no Araguaia, recebeu um cheque de R\$ 100 mil, valor da indenização a que tem direito por lei.

— O valor fundamental é o direito à vida e o repúdio à violência. Custa crer que um presidente da República, num país democrático, tenha que repetir isso. E custa a admitir que, apesar disso, exista violência e que, em certos momentos, ainda sejamos paralisados pela impossibilidade de contê-la — disse o presidente na solenidade.

Na presença de mais de 200 parlamentares, juristas e defensores dos direitos humanos, acrescentou que o direito à vida e à integridade individual tem que ser objetivo primordial dos governos federal e estadual e dos três poderes.

— Aí dirão que houve Carajás, Corumbiara, Carandiru, execuções sumárias, de adultos e crianças, trabalho infantil, prostituição infantil. Enfim, é verdade. E o que dói é a impunidade. E a punibilidade não pode dispensar a lei, não pode dispensar o Judiciário. Temos que criar condições para que haja punibilidade, mas num estado de direito.

Governo assume crime de tortura e morte em Recife

Fernando Henrique deixou claro que os governos não dispõem dos instrumentos necessários para punir responsáveis por massacres. Salientou que seu Governo pune os responsáveis por crimes da alçada federal, lembrando o caso da tortura e morte de José Ivanildo Sampaio de Souza num xadrez da Polícia Federal, em For-

taleza, no ano passado.

— Acabei de assinar um ato para reparar um caso de violência, de tortura e morte, dentro de uma repartição federal, que foi o único caso do meu Governo. Ao reconhecer que houve uma violência, o Governo federal está gritando para a sociedade que é preciso buscar um modo de terminar com ela — disse o presidente.

O Governo também enviou ao Congresso emenda constitucional propondo que os crimes de tortura sejam julgados pela Justiça federal. Outras duas mensagens pedem regime de urgência para a votação do novo Código Nacional de Trânsito, pensão de um salário-mínimo mensal para as famílias de 47 vítimas da contaminação na clínica de hemodiálise em Caruaru e flexibilização da legislação de refugiados políticos. O Governo também enviou proposta de emenda constitucional criando o serviço civil obrigatório para quem for dispensado ou isento do serviço militar.

Anistia elogia, mas teme que base governista estrague tudo

A Anistia Internacional elogiou o lançamento do plano, mas manifestou dúvidas quanto ao seu cumprimento. Em Londres, por telefone, Alison Sutton, representante da Anistia, disse que receia que a própria base parlamentar do Governo não deixe o plano de sair do papel. E lembrou a rejeição ao projeto de Bicudo.

— O fato de o Governo não conseguir convencer o Congresso e seus próprios partidários deixa dúvidas sobre suas reais prioridades — disse Alison.

No caso do projeto de lei do deputado Hélio Bicudo, que transfere o julgamento de crimes de policiais militares da Justiça militar para a Justiça Comum. O chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, disse que o ministro Nelson Jobim defende o aperfeiçoamento do projeto alterado no Senado ou a proposta original de Bicudo. O Senado mudou o projeto, permitindo que apenas os crimes dolosos sejam transferido para a Justiça comum.

— A proposta apresentada pelo Senado está longe de satisfazer o que o Governo entendia como necessária. Houve recuo. O funcionamento da Justiça militar tem sido fator de impunidade — criticou Gregori.

O presidente acredita que, com a aprovação de todas as medidas do PNDH pelo Congresso, não haverá mais desculpas para não punir os culpados pela violência.

— Tenho certeza que os parla-



FERNANDO HENRIQUE beija dona Hermelinda Bronca, após entregar o cheque da indenização pela morte do filho

mentares aqui presentes saberão, junto com seus colegas, levar adiante. Eu sei também que é preciso ação conjunta do Ministério Público, do Judiciário, as polícias, e não adianta acusação recíproca nesta matéria. O que adianta é o aperfeiçoamento contínuo nesta matéria: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, para que possamos avançar — disse Fernando Henrique.

Entre as 168 medidas do PNDH, o Governo determina que seja elaborado projeto de lei regulando uso de armas e munições de policiais em horários de folga, institui programas de desarmamento e implementa cursos de direitos humanos nas polícias estaduais. O Governo vai propor projeto de lei tornando obrigatória a presença de juiz nos locais onde houver reintegração de posse, para evitar conflitos no campo.

Serão criadas divisões espe-

ciais de coibição ao trabalho escravo em todas as polícias. O Governo também quer criar incentivos fiscais par empresas que empreguem pessoas recém-saídas do sistema penitenciário.

O PNDH prevê ainda campanha nacional para dotar todos os cidadãos de documentos fundamentais, exemplo de carteiras de identidade, carteira de trabalho e outros. Será criado cadastro nacional de estados e municípios que não cumpram os direitos. O PNDH abre espaço para políticas de valorização da população negra. O que se discute é a necessidade de fixar cotas raciais no mercado de trabalho e nas escolas. Há ainda medidas para beneficiar mulheres e índios.

Os homossexuais se sentiram excluídos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), apresentado ontem pelo governo. O secretário de Direitos Humanos

da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), Luiz Mott, foi ontem ao Palácio do Planalto protestar, usando uma faixa vermelha com a frase: "Justiça para os gays".

— Somos mais de 15 milhões de homossexuais de tempo integral no Brasil, assumidos, isso por baixo, e não temos um capítulo específico no plano. Somos citados só no preâmbulo.

Mott só abriu sua faixa no Salão Oeste do Palácio do Planalto depois que o presidente subiu para o gabinete. Mott disse que pensou em fazer outro protesto:

— Pensei em me acorrentar na pilastra do Planalto, mas meu cônjuge disse que estou muito velha para isso — brincou.

Mas o plano abrange os direitos do homossexual, apesar de realmente não haver capítulo específico. Uma das medidas do plano pede justamente que sejam

apoiados os programas de prevenção da violência contra grupos em situação mais vulnerável, entre eles os de homossexuais.

O presidente da CUT, Vicentino, disse no Rio que vai adotar uma postura de São Tomé: quer ver a execução das 168 medidas.

A Comissão dos Desaparecidos formalizou ontem pedidos de indenização das famílias de três camponeses mortos na guerrilha do Araguaia. Depoimentos tomados pelos representantes da comissão enviada à região revelaram que Lourival Moura Paulino, José Ribeiro Dourado e Antônio Alfredo Lima desapareceram depois de presos pelo Exército. Lourival e Dourado eram desconhecidos até para o PCdoB.

Termina hoje o prazo dado pela lei para as famílias de desaparecidos protocolarem pedidos de indenização. O Governo resolveu não ampliar o prazo.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence, disse ontem no Rio que aprova a criação de um Conselho Nacional de Justiça, uma das principais medidas previstas no plano de direitos humanos no âmbito do Judiciário. Segundo Pertence, o Conselho pode ter em sua composição representantes dos advogados e do Ministério Público, mas "o controle do controle tem de ser do Judiciário, sob pena de ferir a independência da Justiça", ou seja, os magistrados devem ser maioria no futuro conselho.

Americanos dizem que FH seguiu suas sugestões

Um dos maiores grupos de defesa dos direitos humanos dos Estados Unidos, o Human Rights Watch/Americas, aplaudiu o plano e pediu ao Congresso Nacional que "cumpra suas obrigações internacionais" aprovando rapidamente as medidas.

A entidade americana criticou o Senado por ter aprovado na última quinta-feira uma versão mais branda da Lei Bicudo e procurou capitalizar o lançamento do plano, insinuando que Fernando Henrique teria seguido à risca suas sugestões.

No Vaticano, o papa João Paulo II, que recebeu ontem em audiência os ministros das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e do Gabinete Civil, Clóvis Carvalho, disse que todos os bispos brasileiros que vão a Roma mencionam o problema dos sem-terra. O Papa falou em português o tempo todo e até fez uma brincadeira: disse que o sotaque brasileiro é mais fácil de entender. ■

Roberto Stuckert Filho